ATA N.º 16/2025

**ATA DA REUNIÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
VALENÇA REALIZADA NO
DIA 07 DE AGOSTO DE 2025.**

- - - Aos sete dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco, nesta cidade de Valença e no Edifício dos Paços do Concelho de Valença, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Valença sob a presidência de Ana Paula Vaz Almendra Xavier, e com a presença dos Vereadores Manuel Rodrigues Lopes, Edgar Correia de Almeida, Joana Sofia Esteves Correia, Elisabete Maria Lourenço de Araújo Domingues, José Cândido Barreiros de Sousa e Rui Filipe Fernandes Rodrigues.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal esteve ausente por motivos profissionais sendo substituído pela Vice-Presidente, também os Srs. Vereador José Manuel Temporão Monte e Arlindo Amorim de Sousa estiveram ausentes, por motivos profissionais e férias, respetivamente, tendo sido substituído no exercício das suas funções, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista do Movimento “Fortalecer Valença”, o Sr. Vereador Edgar Almeida e da lista do Partido Socialista José de Sousa.

Secretariou a Chefe da Divisão Administrativa Geral, Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus. E, tendo tomado os lugares que lhes estavam destinados, declarou-se aberta a reunião pelas dez horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Iniciado o período antes da ordem do dia, a Sra. Presidente em exercício, após as saudações protocolares, passou a palavra aos senhores Vereadores para as suas intervenções.

Usou da palavra o Sr. Vereador Rui Rodrigues, que após as saudações protocolares, referiu-se à obra do skate parque, dizendo que pode lhe parece que a empresa que lá

A T A N.º 16/2025

está agora a trabalhar não é a mesma que começou a obra. Perguntou se houve alguma alteração ou se é uma empreitada diferente que está agora a ser a decorrer.

A Sra. Presidente em exercício agradeceu a intervenção e explicou que houve uma empreitada para a construção do skate de parque especializada na desse tipo de equipamento de lazer e desportivo. Agora é outra empreitada para fazer os arranjos exteriores.

O Sr. Vereador Manuel Lopes, após as saudações protocolares deu as boas vindas à primeira reunião dos vereadores estreados, desejando que seja uma reunião profícua, com qualidade e que aprendam alguma coisa, porque o futuro pertence aos mais novos. Posto isto passou a referir-se às obras na ecopista do Rio Minho, dizendo que, recentemente, esteve uma empresa a repor os postes de obstáculos nas passagens da ecopista que estavam partidos, mas, no seu entender a empresa é péssima, não demonstrou brio no trabalho feito, primeiro não retiraram os postes partidos, deixaram-nos na berma da ecopista e alguns até atiraram para dentro das propriedades vizinhas. Depois, a própria reposição não é bem feita pois os buracos que ficam deviam ser tapados com cimento e depois passar uma pintura por cima. Deviam tentar minimizar o impacto visual e não deixar aquele acumulado de cimento. De seguida passou a referir-se aos estradões florestais, tendo uma parte deles sido limpos recentemente. Perguntou quanto foi gasto nessa limpeza. Além disso deixou ficar uma nota negativa à limpeza, pois a máquina de rastros que andou a limpar limitou-se a rapar a erva dos estradões e dos lados nada limpou. Com isso, a passagem do fogo está facilitada, tal como aconteceu em 2017. A propagação dos incêndios é muito fácil e o tempo está favorável para os mesmos, temos, este ano, o concelho vizinho Ponte da Barca onde já ardeu uma área substancial. E, exatamente como disse há um ano, é a altura de colocar a Polícia Judiciária no terreno. E, se souberem que há um policiamento no terreno, nas encostas, na serra, isso é um motivo dissuasor para os pirómanos. Explicou que, no que respeitava ao policiamento florestal, solicitavam diretamente à Polícia Judiciária que fizesse o policiamento na nossa zona, indicavam mais ou menos as situações locais críticas e sabe que um dos meios usados é a colocação de

A T A N.º 16/2025

câmaras de vigilância e que eles controlam à distância e que isso é um meio muito dissuasor para os pirómanos. _____

A Sra. Vereadora em exercício agradeceu a intervenção do Sr. Vereador e respondeu que já foi dito numa reunião de câmara o valor da limpeza dos estradões florestais e que, de momento, não tem esse valor presente, nas que numa próxima reunião de Câmara trará esse valor. Relativamente à ecopista, disse que a sua intervenção está a ser acompanhada pelos técnicos do município e que ainda não está concluída. Quanto à questão do policiamento, disse que o próprio governo tem tido essa preocupação e tem dado algumas indicações à GNR para que haja este acompanhamento e policiamento. E que a Câmara Municipal e a Proteção Civil e a GNR tem estado a trabalhar em conjunto. A política florestal tem sido alterada ao longo dos anos de uma forma muito significativa, porque antigamente havia os guardas florestais que faziam esse papel e era um papel bastante importante, porque atuavam e identificavam logo de imediato o fogo. Infelizmente, essa figura desapareceu do que é a política pública para a floresta. A floresta também deixou de ser um bem produtivo, uma atividade, para passar a ser apenas um bem a nível da conservação e todos sabemos que, havendo atividade agrícola em parceria com a atividade florestal, a possibilidade de haver incêndio é muito menor do que estar apenas a fazer a sua conservação. _____

A Sra. Vereadora Elisabete Domingues, após as saudações protocolares, perguntou se tinha a documentação solicitada na última reunião de câmara relativamente à empresa “Ritmos”. _____

A Sra. Presidente em exercício disse que numa próxima reunião de câmara esses elementos seriam entregues. _____

O Sr. Vereador Edgar Almeida, após as saudações protocolares, disse ter dois tópicos que vai procurar interligar um com o outro. O primeiro refere-se ao protocolo celebrado com a Federação Portuguesa de Lacrosse perguntando o que prevê esse protocolo e de que forma é que está previsto impactar os jovens do Concelho assim como é que está coordenado em relação às coletividades desportivas do Concelho e o impacto que pode ter na utilização se sabe que, quer em Valença quer a nível nacional

ATA N.º 16/2025

são escassas para um aumento da prática desportiva que tem vindo a crescer. Perguntou, ainda se está prevista alguma construção de infraestrutura desportiva como execução deste protocolo. Em relação ao segundo tópico, tem a ver também com as infraestruturas desportivas que são abertas e gratuitas aos munícipes. Em Portugal, neste momento, existe um estudo que prevê que 70% da população ativa não é efetivamente ativa, ou seja, não existe prática de atividade física em mais de 70% da população. Disse que, enquanto criança valenciana, sempre teve a oportunidade de ir para o campo, ali junto à Cidade Nova, que tinha boas condições e estamos numa sociedade em que cada vez mais os jovens se escondem atrás de computadores, sem haver uma boa comunicação entre os mesmos, perguntando se está pensado algo para combater isto, porque as infraestruturas são uma primeira peça e base também para combater a falta da prática da atividade física. _____

A Sra. Presidente em exercício agradeceu a intervenção do Sr. Vereador e disse que o protocolo com a Federação Portuguesa de Lacrosse é público e pode ser consultado. Quanto às infraestruturas desportivas disse que o pavilhão municipal é muito utilizado porque além de dar apoio ao desporto escolar durante o dia, à noite há uma série de clubes desportivos, como seja, o hóquei, o basket, o judo assim como particulares que o utilizam. Em relação à infraestrutura junto do Centro Coordenador de Transportes está previsto fazer-se ali uma intervenção mais profunda do que apenas um arranjo. _____

Antes de passar à Ordem do Dia a Sra. Presidente em exercício propôs um voto de pesar pelo falecimento da primeira secretária da Assembleia Municipal de Valença, Eng.ª Dora Guterres, o que foi aceite. _____

Findas as intervenções passou-se ao período da ordem do dia. _____

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 24 DE JULHO DE 2025 – Aprovado por unanimidade. _____

Os Srs. Vereadores Edgar Almeida, Joana Correia e José de Sousa não participaram na votação da ata por não terem estado presentes na reunião. _____

PONTO 2 – PONTO 2 – ALTERAÇÃO N.º7 AO ORÇAMENTO E GRANDES

ATA N.º 16/2025

OPÇÕES DO PLANO 2025 – A Sra. Presidente em exercício apresentou, para conhecimento da Câmara Municipal, a alteração n.º7 num montante global de 431.000,00€ (quatrocentos e trinta e um mil euros) de acordo com a informação do Chefe de Divisão Económica e Financeira n.º DEF034 de 22 de julho findo que se transcreve para todos os efeitos legais. _____

“1. Nota Introdutória

A presente informação tem como objetivo apresentar uma proposta de Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, considerando a necessidade de reajustamentos nas respetivas dotações da despesa não alterando o valor global do Orçamento.

2. Proposta de Alteração

No seguimento do mencionado e tendo em vista a necessidade de proceder a ajustamentos em algumas dotações orçamentais de forma a fazer face às despesas para a atividade municipal, propondo-se uma Alteração Orçamental de acordo com os documentos apresentados em anexo, destacando-se os seguintes aspetos de análise:

- *Orçamento da Despesa:*

Modificações permutativas em diversas rubricas orçamentais para 2025 no montante global 431.000,00€ (quatrocentos e trinta e um mil euros) de acordo com os mapas em anexo.

3. Proposta de decisão

Nestes termos, propõe-se que o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal autorize a presente Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2025 de forma a dotar as rubricas com as dotações necessárias para a normal atividade municipal.

À Consideração Superior, Chefe de Divisão Económica e Financeira, Hélder Lopes

Anexos:

I – Modificação ao Orçamento da Receita e Despesa

II-Modificação às Grandes Opções do Plano- GOP

III- Modificação do Plano Plurianual de Investimentos

IV- Modificação das Atividades Mais Relevantes. _____

Os anexos da referida proposta foram todos transmitidos para conhecimento dos Srs. Vereadores, dispensando-se aqui a sua transcrição. _____

PONTO 3 – EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DE BOGIM – CERDAL – ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO – Acerca do assunto foi presente a informação DEF-ACP-CP-42/2025 de 31 de junho findo

ATA N.º 16/2025

que a seguir se transcreve para todos os efeitos legais:

“Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,

1. Procedimento

No seguimento da deliberação da Câmara Municipal de Valença, em 29/05/2025, foi aberto o procedimento de Concurso Público n.º **CP-EOP-12/2025- AMPLIAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DE BOGIM - CERDAL**, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, doravante designado por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualizada, cujo prazo para apresentação de propostas terminou a 02/07/2025.

2. Audiência Prévia

Nos termos e para efeitos do artigo 147.º do CCP, procedeu-se à audiência prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, tendo o júri remetido a todos os concorrentes o Relatório Preliminar, relativo à análise e avaliação das propostas apresentadas.

Ponderadas as observações efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia pelo concorrente n.º 3 – VerticeGarante Construções Lda., o júri do procedimento elaborou o relatório final, no qual mantém as conclusões do relatório preliminar, culminando com proposta de adjudicação à entidade **Construcciones Castro Figueiro, S.L. Unipersonal – Sucursal em Portugal**, pelo valor global de **2.224.795,00€**, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

3. Proposta de Adjudicação

Dando cumprimento ao disposto no artigo 148.º do CCP submete-se ao órgão competente para a decisão de contratar, processo do concurso em causa, para aprovação do teor constante do relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação, informando-se o seguinte:

(a)Data da decisão de abertura do procedimento de Concurso Público: 29/05/2025;

(b)Entidade autorizadora: Câmara Municipal;

(c)Preço base: 2.500.000,00 € (dois milhões e quinhentos mil euros), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;

(d)Cabimento/Compromisso orçamental: n.º sequencial de cabimento: 51803; n.º sequencial de compromisso: 54411; Rubrica: 0102 07010203 (Aquisição de bens de capital – Investimentos – Habitações - Reparação e beneficiação), referente ao Projeto com o código 2023/54 das Grandes Opções do Plano de 2025;

(e)Proposta de adjudicação: à entidade **Construcciones Castro Figueiro, S.L. Unipersonal – Sucursal em Portugal**, pelo valor global de **2.224.795,00€**, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

O compromisso plurianual subjacente à celebração do presente contrato divide-se pelos seguintes anos económicos: ano de **2025** (530.000,00 €), ano de **2026** (1.828.282,70 €), valores com iva incluído.

(f)Sujeito a celebração de contrato escrito, nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP, propondo-se um prazo de 5 dias úteis para aprovação de minuta de contrato;

ATA N.º 16/2025

(g) A outorga do contrato deve reger-se pelas disposições do n.º 3 do artigo 104.º do CCP, através de meios eletrónicos, conforme previsto na alínea b), propondo-se um prazo de 3 dias úteis;

(h) A caução exigível de 5% do valor contratual, equivalente a **111.239,75€** (cento e onze mil, duzentos e trinta e nove euros e setenta e cinco cêntimos), deverá ser prestada pelo adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da adjudicação, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, no Programa de Concurso (Ponto 19) conjugado com o Caderno de Encargos (Cláusula 35.º).

(i) Quanto aos documentos de habilitação, deverão ser entregues até ao 10.º dia útil, a contar da data do envio da adjudicação, os seguintes documentos:

1. Certificados do Registo Criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, bem como da entidade, destinado a comprovar que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas a), b) e h) do artigo 55.º do CCP;
2. Documentos comprovativos ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, das seguintes situações:
 - i. Documento comprovativo da situação regularizada para com a Segurança Social em Portugal, ou se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do art.º 55.º do CCP;
 - ii. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal, ou se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal nos termos da alínea e) do art.º 55.º do CCP;
 - iii. Documento comprovativo da certidão de matrícula na Conservatória do Registo Comercial ou certidão permanente com todas as inscrições em vigor (se aplicável);
 - iv. Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), ou respetivo código de acesso, nos termos previstos na Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto (Se aplicável).
3. Demais documentos previstos no ponto 16 do Programa de Concurso.

4. Minuta do contrato

Nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, e a fim de dar cumprimento ao disposto no artigo 94.º do mesmo diploma, submete-se para aprovação a minuta do contrato a celebrar, em anexo, a qual deverá ser aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, no uso da respetiva competência.

5. Fiscalização Prévia Tribunal de Contas

Decorrente da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atualizada pelo elencado na alínea g), do n.º 1 do artigo 47.º, ficam isentos de fiscalização prévia, “*Os contratos e demais instrumentos jurídicos que tenham por*

A T A N.º 16/2025

objeto a prestação de serviços de elaboração e revisão de projeto, fiscalização de obra, empreitada ou concessão destinada à promoção, reabilitação e aquisição de imóveis para habitação acessível ou pública ou o alojamento estudantil, bem como a aquisição de unidades de participação em fundos especiais de investimento imobiliário para promoção pública de habitação”¹.

Face ao exposto, submete-se à consideração do Sr. Presidente remeter à **Exma. Câmara Municipal de Valença**, para apreciação e votação, de acordo com o seguinte:

1. Aprovar o Relatório final;
2. Adjudicar a **AMPLIAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DE BOGIM - CERDAL**, nos termos e condições do relatório final, da proposta do adjudicatário e das peças do procedimento, à entidade **Construcciones Castro Figueiro, S.L. Unipersonal – Sucursal em Portugal**, pelo valor de **2.224.795,00€**, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;
3. Autorizar o compromisso plurianual para os anos económicos de 2025 e 2026;
4. Aprovar a minuta do contrato.

À consideração superior, SUBUNIDADE DE APROVISIONAMENTO E CONTRATACÃO PÚBLICA, A Técnica Superior, (a) Clara Silva”. _____

O anexo da presente informação foi entregue para conhecimento dos Srs. Vereadores, dispensando-se aqui a sua reprodução. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório final; adjudicar a empreitada nos termos e condições do relatório final, da proposta do adjudicatário e das peças do procedimento a Construcciones Castro Figueiredo, S.L. – Unipessoal - Sucursal em Portugal pelo valor de 2.224.795€; autorizar o compromisso plurianual para os anos económicos 2025 e 2026 e a minuta do contrato. _____

PONTO 4 – EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DE FRIESTAS – PRAZO ADICIONAL PARA PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO –

Acerca do assunto foi presente a informação DEF-ACP-43/2025 de 04 de agosto corrente que a seguir se transcreve para todos os efeitos legais: _____

“Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Por deliberação da Câmara Municipal de Valença, em reunião de 10/07/2025, enquanto órgão competente, foi aprovada a adjudicação da proposta apresentada pela entidade **Bernardo Pinto Duarte & Marques, Lda.**, pelo valor proposto de **1.116.132,90 €**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A T A N.º 16/2025

Conforme disposto no artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a decisão de adjudicação foi notificada ao adjudicatário em 11/07/2025, de acordo com o documento submetido na plataforma eletrónica de contratação pública VortalGov, tendo sido concedidos 10 dias úteis para apresentação dos documentos de habilitação exigidos, bem como para a prestação da caução exigida nos termos dos artigos 88.º a 90.º do CCP.

Nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 91º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atualizada, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos 88.º a 90.º do CCP, a caução que lhe seja exigida.

No dia 25/07/2025, dentro do prazo estipulado para a prestação da caução, o adjudicatário submeteu uma mensagem na plataforma VortalGov, a solicitar a concessão de um novo prazo de até 10 dias para prestação da caução, fundamentado da seguinte forma “*Exmos. Senhores, Vimos por este meio solicitar a prorrogação do prazo para a apresentação da caução.*

Tal pedido deve-se ao facto de a instituição de outsourcing com a qual trabalhamos se encontrar em período de férias, impossibilitando a emissão atempada da referida caução. Qualquer alternativa viável dentro do prazo estipulado revelou-se impraticável.

Assim, solicitamos a vossa compreensão e a gentil concessão de um novo prazo de até 10 dias, para a entrega do documento em causa.

Agradecemos, desde já, a vossa atenção e compreensão. Com os melhores cumprimentos,”

No dia 01/08/2025, o adjudicatário submeteu por mensagem na plataforma VortalGov, declaração da entidade Mais Valia Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., na qual declara «*por questões internas a companhia com que subscrevemos este tipo de seguros, não foi possível até ao momento proceder à emissão da apólice.*».

Assim, nos termos e fundamentos apresentados, submete-se à consideração superior a eventual aceitação do pedido de concessão de um novo prazo de 10 dias para a prestação da caução, até às 17h00m do dia 08 de agosto de 2025, bem como a sua admissibilidade caso seja apresentada dentro do prazo ora concedido.

No caso, o órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar é a Câmara Municipal, sendo conseqüentemente, também o órgão competente para a decisão de contratar.

Tratando-se de competência legalmente cometida ao Órgão Executivo do Município, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I que, em circunstâncias excepcionais, o Presidente da Câmara Municipal pode praticar atos da competência deste órgão, estando, contudo, os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião a realizar após a sua prática, sob pena de anulabilidade.

ATA N.º 16/2025

Face ao exposto, submete-se à consideração do Sr. Presidente, para efeitos de decisão quanto à eventual concessão de prazo adicional para a prestação da caução e consequente aceitação da fundamentação apresentada pelo adjudicatário **Bernardo Pinto Duarte & Marques, Lda.**. À consideração superior, SUBUNIDADE DE APROVISIONAMENTO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA, A Técnica Superior, (a) Clara Silva” . _____

O anexo da presente informação foi entregue para conhecimento dos Srs. Vereadores, dispensando-se aqui a sua reprodução. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara Municipal de 4 do corrente mês a conceder um prazo adicional de 10 dias para que a entidade Bernardo Pinto Duarte & Marques, Lda. preste a caução. _____

PONTO 5 – CONSOLIDAÇÃO INTERCARREIRAS: Acerca do presente pronto foram presentes as propostas n.ºs 8, 9 e 10 que aqui se dão por integralmente reproduzidas para todos os efeitos legais a propor as seguintes consolidações de mobilidade intercarreiras: 3 (três) coordenadores técnicos; 4 (quatro) assistentes técnicos e 1 (um) encarregado do pessoal operacional. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas consolidações. _____

PONTO 6 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS: _____

A) RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA: A Câmara Municipal tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria do dia 06 de agosto com um total de disponibilidades de 1.956.174,00 (um milhão novecentos e cinquenta e seis mil cento e setenta e quatro euros). _____

B) DESPACHOS PROFERIDOS PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL E PELOS VEREADORES MEDIANTE DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidas pela Exma. Sra. Vereadora Ana Paula Xavier no uso da subdelegação de competências conforme despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de 25/10/2021, no período de 10 de julho a 06 de agosto e da emissão de 1 (um) parecer ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 91/95 de 2 de setembro, na sua atual redação (Reconversão das áreas urbanas de génese ilegal), no uso da

ATA N.º 16/2025

deliberação da reunião de câmara de 15 de setembro de 2010 e dos despachos do Sr. Presidente da Câmara Municipal n.ºs 56; 57; 58 e 60. _____

PONTO 7 – APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA - Nos termos do n.º 3 do artigo 57º do Anexo I, aprovada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, sendo a mesma lida e achada conforme e seguidamente assinada pela Sra. Presidente em exercício e pela secretária da presente reunião. _____

Terminados os trabalhos e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente em exercício declarou encerrada a reunião pelas onze horas dez horas da qual, para constar, se lavrou a presente ata composta por onze páginas. _____

A Presidente da Câmara em Exercício,

Ana Paula Vaz Almendra Xavier

A Chefe da Divisão Administrativa Geral

Paula Mateus